

## COLABORADORES

### JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO

Historiador, autor de uma biografia em três volumes de João Fernandes Vieira, professor titular de História da Universidade Federal de Pernambuco.

### MÁRIO LACERDA DE MELO

Geógrafo, professor de geografia da UFPe; autor de numerosos livros sobre sua especialidade. O trabalho que divulgamos neste número foi apresentado ao Seminário de Tropicologia cujo diretor é o sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre.

### RACHEL CALDAS LINS

Professor adjunto de Geografia da UFPe; autora de ensaios sobre problemas relacionados com o Nordeste, tem representado a Universidade em diversos Congressos e Reuniões Científicas nacionais e internacionais.

### PALHARES MOREIRA REIS

Professor de Ciência Política da UFPe, realizou na Europa estudos pós-graduados de Direito Internacional. Durante alguns anos exerceu cargos administrativos na Universidade, tendo sido também diretor da Rádio Universitária.

### NELSON SALDANHA

Doutor em Direito, livre docente e professor titular da UFPe, autor de numerosos livros sobre assuntos literários, Direito e Ciências Sociais.

### RUBEM EDUARDO DA SILVA

Mestre em Educação pela Universidade de Iowa (USA), professor de Medidas Educacionais da Faculdade de Educação da UFPe.

### GALDINO LORETO E ARNALDO DI LASCIO

Psiquiatras, ambos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco.

### JORGE WANDERLEY

Poeta da nova geração, médico, faz parte da equipe de especialistas do Hospital de Neuro-Cirurgia do Recife.

## Cristóvão Rausch, um ourives alemão em Olinda, 1617-1619

JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO

Quando D. Francisco de Sousa esteve a pesquisar no sul do Brasil, em fins do século XVI e princípios do seguinte, minas de pedra e metais preciosos, fez vir para o ajudarem no trabalho várias pessoas experientes no trato desses minerais. Um documento da Biblioteca da Ajuda, de Lisboa, oferece uma lista de mineiros, fundidores, ferreiros e serralheiros trazidos às capitanias do sul no período de 1586 a 1604 (1). Divulgou-o o Sr. Severino Sombra. De acordo com esse documento, ao tempo do primeiro governo de D. Francisco de Sousa (1591-1602) vieram servir no Brasil um mineiro, com duzentos mil réis de ordenado cada ano, dois fundidores com cem mil réis cada um, Mestre Cristóvão, lapidador de esmeraldas, com cento e sessenta mil réis de ordenado por ano, um mestre de adubar pérolas com ordenado igual e um ferreiro e mestre de consertar foles com cem mil réis de ordenado anual. De todos eles o único mencionado pelo nome é o lapidador "Mestre Cristóvão". (2)

Por outras indicações foi possível identificar alguns desses auxiliares de D. Francisco de Sousa, embora os nomes nos tenham chegado estropiados: um mineiro natural da Alemanha chamado Jaques Oalte; um outro especializado na construção de engenhos de ferro de nome Geraldo Beting, holandês da Gueldria, ao que parece; com igual experiência era o flamen-

(1) Biblioteca da Ajuda, códice 51.VIII-25 fls. 11/12v, relacionado por Carlos Alberto Ferreira, *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul* (Coimbra, 1946) n.º 27.

(2) Severino Sombra, "A primeira casa da moeda no Brasil", *Anais do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira* 1.º vol. (São Paulo, 1937) pp. 565/566 e 710.

go Cornélio de Arzing — sendo que os dois últimos, com os apelidos aporuguesados em Betim e Arzão, deixaram descendência ilustre em São Paulo. (3)

O manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, “Coleção de listas impressas e manuscritas dos autos de fé públicos e particulares da Inquisição de Lisboa, corrigida e anotada por Antônio Joaquim Moreira” dá notícia de que no auto-de-fé de 9 de dezembro de 1619 tinha saído penitenciado um “Cristóvão Raus, tudesco, ourives de ouro, morador em Pernambuco, donde veio preso por ter certo livro”. (4) No Cartório da Inquisição de Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pude localizar o processo respectivo, de número 5-586.

Teve ele origem com a denúncia feita contra o alemão por dois colegas de profissão, em Olinda em 27 de fevereiro de 1617. O assunto foi trazido perante Antônio Teixeira Cabral, Administrador do eclesiástico e Comissário da Santa Inquisição nas Capitanias da Paraíba e Pernambuco. Cabral assina os papéis usando a designação de seu cargo, nunca o nome: “O Administrador” ou “O Administrador da Parayba” (sic). (5) O “escrivão de nossa Camera” era Paulo de Sousa, beneficiado da igreja matriz de Olinda.

Os denunciantes foram Antônio Rodrigues e João Martins, ambos ourives da prata, aquele de 28 anos de idade, este de 29, todos dois moradores na rua de São Pedro da então capital de Pernambuco. A 1.º de março também foi ouvida a mulher daquele, Damiana Ferreira. Referiu Rodrigues que Cristóvão Rausch sendo notificado para pagar certa dívida, “ele denunciante aconselhara ao dito Cristóvão Raus se alevantasse e tra-

(3) Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil* (São Paulo, 1954) pp. 393/397.

(4) Fundo Geral código 863 fls. 71v.

(5) A criação da Administração eclesiástica da Paraíba e Pernambuco é assunto por estudar. Leia-se Cônego José do Carmo Baratta, *História Eclesiástica de Pernambuco* (Recife, 1922) pp. 22/24 e nota de Frei Venâncio Willeke a Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil* 5a. ed. (São Paulo, 1965) p. 344 nota.

tasse de se embarcar por razão de não pagar a dita dívida, e que o sobredito Raus tanto que fora notificado tratara logo de tirar fora de casa todo seu fato e o pusera dentro de 24 horas em casa dele denunciante e de João Martins, também ourives da prata, e se fora recolher ao Colégio da Companhia de Jesus, aonde ora estava recolhido para se embarcar nesta frota para o Reino, donde uma noite viera a casa do dito João Martins em busca de um livro e buscando-se o livro na dita casa não aparecera e chegando ele denunciante na mesma ocasião a casa do dito João Martins, e por se não achar o dito livro, foram os ditos denunciante e denunciado, a casa dele denunciante, aonde estava parte do fato, para ver se aparecia o dito livro, e que no caminho, vendo-o ele denunciante fazer tantas diligências pelo livro, sem lhe lembrar de alguma prata e ouro que tinha na casa dele denunciante, lhe perguntara que livro era o que vinha buscar àquelas horas com tanta pressa e que se aquietasse porquanto ele lho levaria ou mandaria ao outro dia, ao que o dito Cristóvão Raus respondera que lhe importara levar o dito livro logo, porquanto era contra a fé, e que chegando a casa dele denunciante se fizera logo diligência no fato do dito Cristóvão Raus sobre o dito livro e que tirando-o de um caixão lhe disse-ra ele denunciante que lhe mostrasse o livro, para saber que livro era, e que o dito Raus lho não quisera mostrar, antes o mettera em uma algibeira dizendo-lhe que era a Sagrada Escritura traduzida na própria língua do dito denunciado, coisa que ele denunciante não podia entender, e que passadas estas palavras, a que estiveram presente Damiana Ferreira, mulher dele denunciante, o dito Cristóvão Raus se fora para o Colégio com o dito livro”.

João Martins disse que não sabia mais que, estando o alemão homiziado no Colégio da Companhia em Olinda, por certa dívida por que o queriam obrigar a requerimento do Bispo da Bahia, “viera uma noite a casa dele testemunha, aonde tinha parte do seu fato, e que com muita pressa e fervor lhe perguntara por um livro, dizendo-lhe se acaso dava fé entre o mais fato de um seu livro que tinha encadernado em umas tábuas negras, o qual livro ele testemunha tinha visto em casa do denunciado algumas vezes, dizendo mais como não servia para

ele testemunha porquanto o não podia entender”, não sendo o livro, porém, encontrado. E recordou que, certa vez, em casa do alemão, pegara ele, Martins, “em um livro, da marca de um breviário, pequeno, velho, encadernado em tábuas pretas, e perguntando-lhe que livro era, lhe dissera o dito denunciado que o livro tratava da Paixão de Cristo; e assim mais ele testemunha estando por algumas vezes em conversação com o dito Raus lhe ouvia dizer que na sua terra, dele denunciado, havia muitos hereges e que os Católicos por se defenderem deles, procuravam saber a Bíblia na sua língua, e que todos se prezavam disso, porquanto os hereges os tinham por néscios se a não sabiam”, declaração que levava Martins a suspeitar da ortodoxia do denunciado. E contou ainda, para confirmação de sua suspeita, “que estando ele testemunha, dia de Reis passado, ouvindo missa no Colégio de Jesus, em companhia do dito Raus, este ia dizendo adiante do Padre algumas palavras do Evangelho, sendo um homem oficial [mecânico] como dito tem e que já servira na guarda dos tudescos em Lisboa”.

Damiana Ferreira, em 1.º de março, foi mais exata do que os que a precederam, ao recordar que Rausch fora a casa do marido dela testemunha há 8 ou 10 dias atrás, pelas 8 ou 9 horas da noite, e “tirara dois livros que levava consigo, ficando-lhe o mais fato em casa dela testemunha”. Declarou que não ouvira ao dito Rausch, ao tirar os livros, falar em Escritura ou livro defeso, mas o denunciado lhe parecia herege, porquanto nunca ele resava a Ave-Maria e possuía vários livros, e ouvira dizer que um dos livros tratava da Sagrada Escritura “e que na sua terra até os meninos a sabiam”.

As denúncias revelavam a presença em Olinda de um homem suspeito de heresia; talvez o Administrador eclesiástico soubesse que os oficiais mecânicos tinham sido no Norte da Europa os mais ativos participantes da Reforma, desde meados do século XVI, dedicando-se com interesse à leitura da Bíblia e de inúmeras publicações distribuídas de porta em porta ou afixadas nos muros. Por outro lado, segundo refere Lucien Febvre e Henri Jean Martin em relação ao século XVI na França, “on trouve des livres, et perfois en assez grand nombre, chez

beaucoup de bourgeois, marchands et gens de metier”; portanto, desde então as bibliotecas privadas e o hábito da leitura tinham deixado de ser apanágio apenas dos letrados, juristas e eclesiásticos. (6) Mas isto, evidentemente, na Europa além Pireneus; em Portugal, os ofícios manuais continuavam a constituir, na hierarquia das atividades profissionais, a camada inferior, e por isso mesmo um dessa classe, com a agravante de ser estrangeiro procedente de terras dominadas pela heresia luterana, e revelar conhecimento da língua latina e a posse de uma minúscula biblioteca, só poderia ser visto por todos com suspeita. Aliás o fato de terem sido os denunciantes oficiais do mesmo ofício — no caso o de ourives — pode permitir, também, a suposição de que, com a denúncia, pretendiam afastar um concorrente tanto mais perigoso quanto deveriam ser excepcionais os conhecimentos e a habilitação do estranho, designado em documento já referido com o título de Mestre: Mestre Cristóvão.

Designado Cristóvão Rausch como Mestre do ofício de lapidador, quando de sua vinda para o Brasil, pode-se supor que ele houvesse alcançado o título depois do competente exame prestado perante o juiz do ofício em Portugal. Aliás, em Lisboa, pela Regulação de 1539, o ofício de lapidação era anexo ao de ourives do ouro, tendo ambos um só juiz: em 1566 um acordo entre os representantes dos dois ofícios estabeleceu que os lapidários teriam juiz próprio, mas continuariam associados na representação na Casa dos Vinte e Quatro. (7) A relação dos lapidários de então naquela cidade revela nomes evidentemente estrangeiros; estes não estavam excluídos do direito do exercício da profissão, mas se impunham a condição que “quando se examinar lapidários estrangeiros, estejam eles primeiro na terra dois anos por obreiros, para que se saiba deles e de suas consciências, e sem primeiro estarem o dito tempo não possam

(6) L. Febvre e H. J. Martin, *L'Apparition du Livre* (Paris, 1971) pp. 369/370.

(7) Franz-Paul Langhans, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos* 2 vls. (Lisboa 1943-46) II p. 361 e Virgílio Correia, *Livro dos Regimentos dos Oficiais Mecânicos* (Coimbra, 1926) pp. 10/15.

ser examinados nem pôr tendas, depois do qual tempo, querendo ser examinados, se fará seu exame". (8)

De posse das duas denúncias de 27 de fevereiro, o Administrador não perdeu tempo e determinou: "Seja preso Cristóvão Raus visto haver suspeita e indícios de se querer ausentar destas partes. Olinda o 1.<sup>a</sup> março de 1617". Entretanto desde o próprio dia das denúncias o alemão tinha sido preso e fora entregue ao guarda do aljube de Olinda, Álvaro Fernandes Marque. (9) Com a prisão do denunciado fez-se o sequestro de todos os seus bens, inclusive os livros suspeitos.

No dia 2 de março foi ele trazido perante o Administrador e declarou que se chamava Cristóvão Rausch, de 35 anos de idade, tudesco de nação, natural da cidade de São Diogo na Alemanha Alta, sendo de profissão "ourives de ouro e prata e lapidário e abridor de armas, e que por entender o ofício de lapidário viera por mandado de Sua Majestade com o Governador D. Francisco de Sousa às capitânicas do sul deste Estado do Brasil, para conhecer as pedras que naquelas partes há". (10) E perguntado sobre o seu conhecimento de línguas respondeu: "que das línguas sabia e entendia muito bem a sua própria natural tudesca, aonde aprendera também a latina, de que hoje tinha alguma notícia, porquanto lhe esquecera muita parte do que sabia com a variedade dos ofícios que depois aprendera. E que também sabia e entendia muito bem a portuguesa". E adiante acrescentou "que também entendia a língua flamenga, por ser chegada à sua natural tudesca". Disse que na sua terra havia católicos e luteranos e todos discutiam pontos de religião "e a ele Cristóvão Raus lhe acontecera em algumas tendas de ourives, aonde se ajuntavam obreiros de diversas nações, defender cada um a lei que professava, por serem homens solteiros e extravagantes".

(8) Virgílio Correia, liv. cit. pp. 12/15.

(9) Parece ser esta a mais antiga referência ao aljube de Olinda.

(10) A grafia Rausch está abonada por várias assinaturas suas no processo; Raus é como aparece referido pelos escrivães no decorrer dos autos.

Em seguida mandou o Administrador trazer os livros sequestrados, "a saber: um livro intitulado Las Iglesias de Roma composto pelo Dr. Francisco de Cabrera Morales, acólito de Sua Santidade; outro livro dos Evangelhos e Epístolas traduzido em língua flamenga, impresso em Anvers em casa de Jeronimo Verdussen no ano de 1592 . . . e sabia muito bem declarar as figuras das estampas que tinha o dito livro; outro livro pequeno do tamanho de umas pequenas Horas, em língua tudesca e perguntado pelo nome do dito livro, disse que lhe não sabia mais o nome, por ser livro de orações e perguntado pelo autor disse que não sabia o nome do autor, porque a primeira folha onde ele poderia estar, estava grudada com outra folha limpa . . . e que sempre tivera o dito livro por bom e católico e que nunca achara nele cousas contra nossa Santa Fé; outro livro de finosomia [sic] natural e vários secretos da natureza, composto por Jerônimo Cortés, natural de Valença; uma arte de Manuel Álvares; duas Horas de Nossa Senhora; um ofício da Semana Santa; e outro livrozinho pequeno com algumas vidraças por dentro em que dizia ter relíquias e lhe dera um capitão da Bahia; e três memoriais de suas lembranças; e nove caderninhos pequenos de quatro meias folhas cada um, em pergaminho, soltos, com algumas orações escritas de mão em latim". (11)

(11) Com uma exceção, os livros cujo títulos foram indicados puderam ser identificados. São eles:

- 1) Francisco Cabrera Morales. *Las Iglesias de Roma con todas las reliquias y estaciones*. Roma, por Luis Zanneti, 1600, grande 8.<sup>o</sup> (Palau n.<sup>o</sup> 38929).
- 2) Livro editado em Antuérpia por Verdussen em 1592: por identificar.
- 3) Jerônimo Cortés, *Livro de Phisonomia natural y varios secretos de naturaleza, el qual contiene cinco tratados de materias diferentes no emnos curiosas que provechosas*. Compuesto por Hieronymo Cortés, natural de Valencia. Impresso em Valencia en casa de Crysostomo Garris . . . 1598, 8.<sup>o</sup>. Há presunção de uma edição de 1597. Este livro, que é um verdadeiro resumo dos conhecimentos de história natural do século XVI, teve muitas edições até a primeira metade do século seguinte. Na edição de 1598 há duas páginas expurgadas, que continham os "Secreto para saber si una muger es virgen o no" e "Secreto para saber si un varon o muger es virgen" (Palau 63294).

Da tenda de ourives e lapidário fez-se também inventário, que publico em apenso, dada a importância da enumeração dos objetos que ele dispunha para venda aos moradores do Brasil. Dele se verifica que Rausch detinha considerável capital em peças de ouro e prata e em pedras diversas, além de quarenta patacas em dinheiro, isto é, a quantia nada insignificante de 12\$800 e mais três moedas de ouro no valor de 1\$500. O valor total de tudo quanto existia em seu poder deveria ser de 2:000\$000, pois foi este o montante da fiança estabelecida pelo Administrador eclesiástico quando da devolução das jóias e ferramentas do alemão. Para avaliar o poder aquisitivo de tal quantia dispomos das indicações que o autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* deixou referidas neste seu livro, concluído em 1618, ao que parece na Paraíba; portanto, de um ano apenas de diferença em relação ao da prisão de Rausch. Diz o referido autor — que é provavelmente Ambrósio Fernandes Brandão — que uma vaca era vendida por 4\$ a 5\$, um novilho “que serve já para se poder meter em carro” de 6\$ a 7\$ e um boi de 12\$ a 13\$; um quintal de pau-brasil valia em Portugal de 4\$ a 5\$ e uma arroba de algodão prensado e ensacado 4\$. A despesa de um senhor de engenho em cada safra variava de 1:400\$ a 1:600\$, sendo que o lucro atingia de 2.000\$ a 2:400\$ por ano agrícola. (12)

O inventário, pesagem e avaliação dos objetos de ouro e prata e das pedras encontradas em poder de Rausch foram feitos por dois ourives do ouro da vila de Olinda, Vicente Correia e Manuel Lopes de Sousa. (Não era, portanto, insignificante o número de ourives do ouro e da prata estabelecidos em

4) Manuel Álvares, S. J., *De Institutione Grammatica libri tres*, Lisboa, editado por João Barreiros, 1572 4.º, com grande número de edições; geralmente conhecido como a *Arte de gramática do Padre Manuel Álvares*: ver Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana* 4 vls. (Lisboa 1741-59), III pp. 170/172 e Padre Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, *Elucidário Madeirense* 2a. ed., 3 vls. (Funchal 1940-46) I pp. 59/60.

(12) *Diálogos das Grandezas do Brasil*, 2a. edição integral (Recife 1966) pp. XXVII/XL.

Olinda em 1617, pois além dos dois citados, ambos os denunciadores eram da mesma profissão, além do denunciado, cinco ao todo). (13) No inventário do título da prata há a salientar a referência a quatro colheres e um garfo. Com relação a este, valorizemos a sua existência na vila pernambucana naquele ano remoto, recordando as informações que Fernand Braudel nos oferece a respeito: “En Angleterre, par exemple, pas de fourchettes dans les inventaires avant 1660: L’usage n’en deviendra général que vers 1750. Alors excusons Anne d’Autriche qui sa vie durant a gardé l’habitude de plonger ses doigts dans les plats de viande. La Cour de Vienne fit de même jusqu’en 1651. D’où l’abondance des serviettes présentées aux invités”... (14) Os doze relicários pequenos seriam para uso individual, sendo que para as mulheres havia 25 dedais. De ouro eram vários adereços femininos, como as “memórias” e “pensamentos”; aqueles são anéis com os quais se conservava a lembrança de alguma pessoa, estes são argolinhas para orelhas. Uma cadeia grossa de “fuzis”, isto é, de elos, pesou cerca de meio quilo de ouro; uma pera de ouro estava cheia de âmbar; e como Rausch era também “abridor de armas” entre os objetos sequestrados estavam “três sinetes de prata com suas armas abertas”. Entre as pedras incluíam-se ametistas, topázio, safira, esmeraldas, rubi, granadas e corníolas.

Após o sequestro o Administrador fez vir à sua presença, a 2 de março, os dois denunciadores — João Martins e Ambrósio Rodrigues — e, apresentando-lhes os livros, indagou deles se aquele a que se tinham referido como sendo suspeito de heresia estava ali. O primeiro disse que não e que o tivera em suas mãos em casa do denunciado, que então lhe dissera “que tratava da paixão de Cristo e era de 4.<sup>a</sup>, encadernado em pergami-

(13) Nenhum deles está mencionado por Fernando Pio, “Artistas dos Séculos Passados”, *Revista da Escola de Belas Artes de Pernambuco* ano III n.º 2 (Recife, 1959), título dos ourives.

(14) *Civilisation Matièrelle et Capitalisme* tomo 1.º (Paris, 1967) pp.150/151, na presunção de que se trate de garfo individual e não de garfo de dois dentes para sustentar e distribuir carne na mesa.

nhô”, parte com texto em língua tudesca, parte em estampas. O segundo confirmou que entre os apresentados “não estava o livro que o dito Cristóvão Raus fora buscar a sua casa uma noite... nem o outro livro que também então levara, os quais livros um deles era de figuras, encadernado em pergaminho e outro encadernado em tábuas pretas, o qual o dito Cristóvão Raus tinha dito a ele testemunha ser defeso e tratar da sagrada escritura”.

Uma semana depois, a 9 de março, Rausch é novamente convocado perante o Administrador, e sendo-lhe perguntado “se tivera a Bíblia em latim ou em outra língua e outro que se dizia ser defeso” respondeu “que nunca tivera nem tinha em seu poder Bíblia em latim nem traduzida em outra língua, nem livro outro algum mais que os que se acharam ao tempo de sua prisão”.

Enquanto a situação não se esclarecia — pois o livro apontado como suspeito não estava entre os apreendidos, afirmando o preso que não possuía senão estes — Mestre Cristóvão permaneceu preso no aljube de Olinda. Os meses passaram. A requerimento seu o Administrador permitiu-lhe que fosse transferido para o primeiro andar da prisão; assim interpretamos a referência feita pelo alemão em um requerimento seu para que a autoridade “o mandasse pôr em cima”. Pediu depois que se lhe entregasse “sua tenda e ferramenta e o mais que se lhe foi achado, ao tempo de sua prisão, de ouro e brincos, que são coisas necessárias para o seu ofício, de que constará pelo inventário que se fez, para assim sustentar com o seu ofício a vida enquanto Vossa Senhoria não dispusesse o contrário”. O Administrador deferiu “com muita justiça” esta última pretensão, e mandou que se lhe “entregasse a sua ferramenta dando fiança de dois mil cruzados”; voltou a requerer que apenas com a ferramenta “não pode ganhar nem sustentar sua vida, senão também o mais que se lhe foi achado, conforme o inventário”. E concluía: “E isto pede pelas Cinco Chagas de Deus e receberá esmola, a qual Vossa Senhoria achará nos céus”. Apontava como seus fiadores Cornélio João e Pedro de la Hoce “moradores

nesta vila e a longo dela”. De Cornélio João cujo nome revela origem que seria hoje belga ou holandesa — nada pude no momento recolher para o identificar; Pedro de la Hoce aparece em documentação de 1618 como “Pedro de Laost, brabangão, viveu muitos anos no Reino e há 17 ou 18 que reside nesta Capitania [de Pernambuco], é casado com gente principal da terra, tem muitos filhos, vive de lavoura”. (15) O Administrador despachou: “Podem-se aceitar os fiadores, dando ambos de dois fiança depositária de dois mil cruzados por escritura feita por tabelião público, em que ambos se obriguem e cada um por si a entregar os ditos dois mil cruzados, em caso que o suplicante fuja ou diminua alguma coisa do que se lhe entrega em sua valia, e tendo escritura feita e fora das notas torne com ela para se lhe poder entregar o que pede. Olinda 22 d julho de 617”.

Lavrada a escritura, cujo texto não consta do processo, volta o preso a solicitar não só que se lhe “mande entregar o seu”, como se lhe dê “licença para que possa tomar uma loja onde possa trabalhar para remedear suas necessidades, o que no aljube mal poderá fazer, por muitos respeitos, como Vossa Senhoria se poderá informar de quem entende de seu ofício”. O Administrador atendeu a primeira parte do pedido, mas negou, pelo seu silêncio, a segunda parte: “Passe mandado para se entregarem ao suplicante todos os seus bens, pelo inventário que deles está feito, visto como tem dado fiança abonada de dois mil cruzados. Olinda 12 de Agosto de 617”. O mandado está datado de 14 de agosto e nele não se faz referência ao pedido para abrir tenda fora do aljube. O termo de devolução fez-se no aljube a 17 do mesmo mês e Rausch “se deu por entregue de tudo, assim ouro como prata e mais coisas de seu ofício, e disse que não lhe faltava nada, que de tudo estava entregue, salvo da cadeia de ouro que ficou na mão do depositário por

(15) Livro 1.º do Governo do Brasil (Rio, 1958) p. 184, no documento de 1618 intitulado “Memorial de todos os estrangeiros que vivem nas Capitâneas do Rio Grande, Paraíba, Tamaracá, e Pernambuco dos quais se não pode ter suspeita”.

mandado do Vigário Geral o Licenciado Luís Álvares Pinto... para pagamento do salário dos oficiais". (16)

Trabalhando no aljube aguardava Cristóvão Rausch que da Inquisição de Lisboa, para onde havia sido remetido pelo Administrador Antônio Teixeira Cabral o traslado do seu processo, viesse a decisão a respeito de sua causa. Dois anos passaram-se nesta espera, sem que o Santo Ofício se manifestasse a respeito. Cansado da prisão, dirigiu ao Administrador o requerimento seguinte: "Diz Cristóvão Rausch que há dois anos e meio que está preso no aljube desta vila por mandado de Vossa Senhoria, por culpas que diz tem, as quais mandou Vossa Senhoria remetidas a Lisboa ao Santo Ofício e até agora não tem vindo recado e ele suplicante está passando necessidades na prisão aonde está, pelo que pede a Vossa Senhoria, visto o que alega, mande seja remetido com as culpas que tiver a Lisboa, ao Santo Ofício e receberá mercê". O despacho foi favorável: "O Escrivão da nossa Câmara o Padre Paulo de Sousa prepare os autos para se remeterem, ajuntando-lhe o auto da prisão, inventário e todos os mais papéis que estiverem em poder dos oficiais do auditório. Olinda 5 de outubro de 1619".

Na mesma data lavrou-se termo pelo qual Rausch declarava ter recebido do depositário Gaspar de Azevedo a cadeia de ouro que ficara em mão deste como garantia do pagamento do que se lhe devia e aos oficiais que funcionaram no processo, e isto "por ter satisfeito aos ditos oficiais o seu salário".

A viagem até Lisboa foi rápida e ali o acórdão dos Inquisidores foi no sentido de que se devia proceder contra ele e que fosse levado ao auto-de-fé que se veio a realizar no dia 9 de dezembro de 1619. Na mesma data Rausch foi apresentado à

(16) A entrega da cadeia de ouro ao depositário foi autorizada a requerimento deste e mediante despacho do Administrador em data de 17 de agosto de 1617: "O vigário geral alvidre ao Suplicante o que lhe parecer justiça, segundo o que se costuma dar aos depositários". O Vigário decidiu na mesma data: "fique na mão do suplicante a cadeia de ouro para daí se lhe pagar o que se alvidrar e aos mais oficiais o que tiverem merecido". Posteriormente a jóia foi devolvida a Rausch.

mesa do Santo Ofício "e lhe foi dito que o Ilmo. Sr. Bispo Inquisidor queria usar com ele de muita benignidade e mandava que fosse solto dos cárceres donde estava preso, havendo respeito ao tempo que havia levado preso no Brasil, mas que se não saísse fora desta cidade [de Lisboa] sem licença nem ordem desta mesa e que viria a ela quando lhe fosse mandado, o que prometeu cumprir".

Solto, Rausch mergulha no anonimato da massa popular de Lisboa e desaparece para a história.

"INVENTÁRIO DE BENS QUE SE ACHARAM DE CRISTÓVÃO RAUS, PRESENTES VICENTE CORREIA E MANUEL LOPES OURIVES DO OURO NESTA VILA

*Título da prata*

- oito marcos de prata
- mais três marcos e duas onças
- mais dois marcos e seis onças
- mais uma onça
- soma toda esta prata quatorze marcos e uma onça nas peças seguintes, a saber:
- um Relicário grande com seu pé
- dois copos um chão e o outro lavrado
- um jarro amassado
- uma pouca de prata de pinha
- quatro colheres
- um garfo
- uma ferragem de prata de talabartes e cintos
- vinte e cinco dedais
- doze Relicários pequenos
- mais outras peças miúdas novas e velhas que soma a conta acima de quatorze marcos e uma onça

*Título do ouro*

- uma cadeia de ouro grossa de fuzis que pesou um marco e duas oitavas

- treze pares e meio de pensamentos esmaltados e três pares de argolinhas esmaltadas que pesou duas onças e oitava e meia
- mais duas onças de ouro que não serve mais que para fundir
- mais outras duas onças do mesmo para fundir de ouro
- mais uma pera cheia de ouro, digo de ouro cheia de ambar com um estremoquinho que pesou dez oitavas
- mais seis onças de ouro nas coisas seguintes, a saber: nove anéis com pedras baixas, entre os quais entra um anel de quatro esmeraldas e duas memórias, uma de solar e outra de cágado e mais outras três memórias, uma delas de canovão esmaltada de anil e as duas esmaltadas, e um Relicário de obra de fio pequeno, e dois pares de jarros de orelhas com duas rosas e um pendante de galega e uns brincos de rosa francesa com seus hábitos de Santiago e quatro dúzias de guonições [sic], duas peças de gargantilha com suas rosinhas e pedras brancas e um par de alcofos, um par de cabaços, umas peras pequenas com suas argolinhas chãs, um jarrozinho de cristal guarnecido de ouro, dois pares de arracadas [sic] com seus pendantes de cristal guarnecidos de ouro e as argolinhas chãs, mais um par de argolas com seus pendantes de coral guarnecidos de ouro, mais uma jóia e uma lua de fio com suas pedras falsas e uma memória de garra e outra de coração, que tudo cerram as ditas seis onças de ouro acima declaradas no item. Mais um trancelim de ouro que tem quarenta e seis peças pequenas e três grandes, que pesa seis oitavos de ouro ao parecer dos ditos ourives.
- mais outro trancelim de ouro que tem cinqüenta peças pequenas e três grandes que pesará seis oitavas e meia
- mais uma onça e uma oitava e meia de aljofar de guarnecer e barrocos, entre os quais vai [sic] duas cabacinhas de coral
- mais uma cruz de esmeralda de São Vicente guarnecida de ouro
- mais seis pares de pensamentos de prata dourados e umas argolinhas e uma memória também de prata dourada tudo
- mais um cinto de prata com sua ferragem de prata acanelado

- mais três sinetes de prata com suas armas abertas, dois com pés de pau e um de cristal.

*Título das pedras*

- uma matista [sic] grande que valerá vinte cruzados
- mais um topázio grande mole que valerá mil réis
- mais três matistas, duas pequenas e uma maior bem corada que valerão três cruzados
- mais três matistas grandes que valem três mil réis
- mais três cristais grandes que valem três patacas
- uma safira branca que vale duas patacas
- mais trinta e um cristais pequenos que valem mil e quinhentos e cinqüenta réis
- mais nove esmeraldas, duas grandes e sete pequenas que valem sete patacas
- mais um rubi pequeno que vale uma pataca
- mais onze guarnadas [sic, granadas] lavradas, que podem valer cinco tostões
- mais quarenta e duas pedras baixas de cores sorteadas que podem valer quatro patacas
- mais vinte e cinco pedras, a saber oito guarnadas ([sic] e as mais corníolas que podem valer seis patacas
- mais umas poucas de guarnadas [sic] em uma caixinha
- um caixão com toda a sua ferramenta
- quatorze grãos de diamante bordo que podem valer seis pesos
- uma bolsa usada de fio de ouro
- quarenta patacas em dinheiro de contado
- três moedas de ouro que valem mil e quinhentos réis.

“E feito assim este inventário das ditas peças e ouro acima e atrás declaradas e por eles ditos ourives pesadas e algumas avaliadas do que podiam valer, se depositou tudo nas mãos de Gaspar de Azevedo, morador nesta vila, o qual se deu por depositário e se obrigou por sua pessoa, bens móveis e de raiz, havidos e por haver, e se desaforou do juiz de seu foro e de todas as mais liberdades a que chamar se possa e de nada quer usar, salvo tudo entregar e dar conta todas as vezes que pelo Senhor Administrador e seu ministros e oficiais for mandado.

E o dito Cristóvão Raus que presente estava viu todas as peças acima e atrás declaradas e debaixo de juramento dos Santos Evangelhos que o dito Senhor lhe deu e disse que tudo quanto pessão [sic] ao tempo que o prenderam estava nas mãos do dito depositário e nada lhe faltava. E assim mais os ditos ourives Vicente Correia e Manuel Lopes declararam debaixo do dito juramento que o dito Senhor lhes deu que bem e verdadeiramente declararam o valor das peças de ouro e prata e peças [sic] atrás declaradas e de como assim o declararam e presente o Vigário Geral o Licenciado Luís Álvares Pinto e meirinho fiz este termo que aqui assinaram com o dito Senhor e depositaram e eu Pero Gonçalves Barbosa escrevão que o escrevi.

“E assim mais foi vista a ferramenta de seu ofício que estava metida em uma caixa pelos ditos oficiais de ourives e por eles foi dito que tudo podia valer a dita ferramenta de ourives e lapidário até vinte mil réis, que de tudo o dito depositário se deu por entregue e se obrigou a entregá-la na forma acima declarada e assinaram todos com o dito Senhor sobre dito. Pero Gonçalves Barbosa escrevão que o escrevi. O Administrador

Luís Álvares Pinto  
Vicente Correia  
Gaspar d’Azevedo

Cristóvão Rausch  
Manuel Lopes de Sousa  
Manuel Dias Fajardo”.

[As assinaturas são autógrafas]

Fonte: Torre do Tombo, cartório da Inquisição de Lisboa, processo 5.586, folhas 13/15 v.

## Fenômeno Urbano e Trópico

MÁRIO LACERDA DE MELO

A limitação das páginas a serem escritas sobre o tema Fenômeno Urbano e Trópico impõe um esforço de concisão, e, ao mesmo tempo, um esforço de seleção. Seleção dos aspectos a serem tratados. A abordagem de matéria tão vasta e tão ramificada, claro que não pode ter a abrangência que o autor gostaria de lhe emprestar. Além disso, tem de cingir-se a um grau de generalidade onde se faz inevitável o risco de sacrificarem-se clareza e compreensão.

Daí a necessidade de adoção de roteiro prévio que, além de ordenador geral da sequência de observações, seja também um delimitador dos propósitos que temos em mira. Pretendemos nos referir, em linhas gerais:

- ao fenômeno urbano como característico das sociedades contemporâneas;
- às diferenciações espaciais do fato urbano, especialmente no mundo tropical;
- ao processo de urbanização da sociedade brasileira;
- e à organização do espaço brasileiro sob o influxo da urbanização da economia nacional.

### I

#### *O fenômeno urbano como característico das sociedades contemporâneas*

Dizer que o caráter urbano constitui um dos traços mais marcantes das sociedades contemporâneas certamente não é dizer novidade. Nem é dizer bastante. O feixe de fatores de que decorre o fenômeno da urbanização ou da urbanificação das populações e das sociedades do nosso tempo assim como o le-